

ATENÇÃO À SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA DE ESTUDANTES AFRICANAS GESTANTES DA UNILAB EM SÃO FRANCISCO DO CONDE-BA

Rosiani Sanca Martins¹
Ercilio Neves Brandão Langa²

RESUMO

O trabalho analisa a interação de estudantes africanas - em idade sexual e reprodutiva, gestantes, mães, lactantes e puérperas - com o Sistema Único de Saúde (SUS) em São Francisco do Conde-BA. É um estudo sociológico sobre as desigualdades em saúde que analisa as interações entre profissionais de saúde e usuárias oriundas de países africanos falantes da língua portuguesa de Angola (PALOP), nas consultas médicas ginecológicas e pré-natais. O objetivo é compreender o acesso, a utilização e qualidade da assistência recebida pelas estudantes; avaliar as desigualdades no acesso e suas interações com determinantes sociais da saúde e; verificar as dificuldades existentes, as barreiras impostas pelas diferenças culturais, as barreiras linguísticas e as diferenças no cuidado. Como metodologia, utilizamos o levantamento bibliográfico, aplicamos questionários semiestruturados e realizamos conversas informais com as interlocutoras. As interlocutoras são alunas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), inseridas no Campus dos Malês, jovens africanas entre os 18 e 28 anos de idade, estudantes universitárias, de baixa renda e usuárias dos serviços públicos de saúde. O levantamento bibliográfico mostrou a existência de poucos estudos sobre a saúde sexual e reprodutivas de mulheres migrantes no Brasil, particularmente quando estão em período de gestação e puerpério. Entre os principais desafios no acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva destacam-se, relatos de discriminação etnolinguística e dificuldades de comunicação com profissionais de saúde; reprodução de práticas preconceituosas e raciais no atendimento médico e; cobranças por serviços médicos nas Unidades do Sistema Único de Saúde.

Palavras-chave: Estudantes africanas Saúde sexual e reprodutiva São Francisco do Conde .

UNILAB, IHL-MALÊS, Discente, rosabelasanca@gmail.com¹
UNILAB, IHL-MALÊS, Docente, ercilio.langa@unilab.edu.br²



INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa as interações entre jovens imigrantes africanas em idade sexual e reprodutiva, gestantes e puérperas no município de São Francisco do Conde, no interior da Bahia. Trata-se de um estudo sociológico acerca das desigualdades em saúde onde se analisa

as relações entre profissionais de saúde e usuárias africanas oriundas de países africanos falantes da língua portuguesa de Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, São-Tomé e Príncipe e Moçambique, durante as consultas médicas e pré-natal. As interlocutoras desta pesquisa são alunas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), inseridas no Campus dos Malês, no município interiorano de São Francisco do Conde, na Bahia. Trata-se de jovens do continente africano entre os 18 e 28 anos de idade, estudantes universitárias, de baixa renda e usuárias dos serviços públicos de saúde, hospitais e postos de saúde. Assim, avançamos algumas questões que servem de pistas desta pesquisa: como as mulheres percebem os serviços de saúde pré-natais? Em que medida a raça/etnia, a confiança, a comunicação, as noções informais de cuidado e sentimento de “estrangeiridade” desempenham papel na interação com os profissionais de saúde?

METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa, utilizamos a pesquisa qualitativa, por meio do levantamento bibliográfico e de aplicação de questionários online como perguntas abertas e fechadas por meio da ferramenta Google Formulários. Também coletamos informações a partir de conversas informais. Por conta da pandemia do Covid-19, não foi possível realizar a pesquisa de campo e entrevistas presenciais com as interlocutoras, seus companheiros e os profissionais de saúde. Por essa razão, recorremos à aplicação de questionários no formato online devido-se ao contexto social gerado pela pandemia do Covid-19, que nos impediu de realizar entrevistas presenciais com as usuárias africanas e os profissionais de saúde. Enviamos mais de uma dezena de questionários vias e-mail. As interlocutoras da pesquisa são estudantes e/ou egressas da Unilab- Campus dos Malês, que vivem ou viveram na cidade nos

últimos quatro anos, em idade sexual e reprodutiva, algumas das quais gestantes, puérperas ou mães. Os questionários foram enviados por meio de e-mails, nos quais as interlocutoras foram convidadas a participar da pesquisa. Para entrar em contato com as interlocutoras, utilizamos a rede de contatos, redes de amigos e de conhecidos. Os contatos foram individuais e sigilosos, observando questões éticas inerentes à pesquisa com seres humanos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

preservativos masculinos e femininos. De fato, houve momentos em que a cidade ficou sem preservativos para distribuição gratuita nas unidades de saúde. Há relatos de que há denegação ao uso de métodos que deveriam ser ofertados pelos serviços de saúde do

Município como o dispositivo intrauterino (DIU) com a indicação de valores superiores a R\$1.000 (mil reais) para a sua implantação de forma privada, bem como de que profissionais de saúde tentaram “cobrar por fora” a implantação desse dispositivo. Por outro lado, há relatos de falta de medicamento nas farmácias dos postos e hospital da cidade, relatos de falta de retorno para a marcação de consultas com pediatras, neuropediatras e fonoaudiólogo para as imigrantes que são mães. Há relatos de violência obstétrica nos atendimentos a partos com um caso grave de perda da criança e histerectomia de uma gestante jovem com gestação dentro da normalidade segundo acompanhamento pré-natal. A vítima abriu um processo na Justiça, mas que acabou arquivado pouco mais ano e meio, e sofreu pressões de promotores públicos para desistir do processo. Relativamente aos questionários, obtivemos até ao momento, dez respostas de nossas



interlocutoras: estudantes gestantes, puérperas ou mães. Dessas, 4 eram de nacionalidade bissau-guineense, 3 angolanas, 2 são-tomenses e 1 cabo-verdiana. As interlocutoras tinham entre 26 e 30 anos de idade. Dessas, 90% eram solteiras e 10% viviam uniões estáveis, seus companheiros eram africanos: 44,4% guineenses, 33,3% angolanos, 11,1% são-tomense e 11,1% moçambicanos. Todas elas usavam somente o SUS para cuidados de saúde. 70% recorreram ao SUS para ir ao ginecologista e 80% quando engravidaram ou ficaram doentes e 10% para consultas dos filhos. No tocante à saúde antes da gravidez, 50% afirmaram que a saúde era razoável, 30% afirmaram que era muito boa, 10% afirmaram que era boa e outros 10% disseram que era ótima. Após a gravidez, 70% afirmaram que a saúde continuou igual, 20% pioraram e 10% afirmam que a saúde melhorou. 50% das interlocutoras afirmaram que teve algum tipo de dificuldade em realizar consultas durante a gravidez e outros 50% afirmaram não ter tido nenhuma dificuldade. Relativamente ao uso de contraceptivos, 100% das mulheres afirmam que usou algum tipo de contraceptivo (preservativo, pílula ou DIU) e 100% afirmaram que a gravidez não foi planejada. Acerca das consultas pré-natais, 60% afirmaram que fizeram, deste percentual, 40% fez mais de 8 consultas. 70% das mulheres afirmaram que teve algum tipo de complicação durante a gravidez e 30% não. No tocante ao acompanhamento médico durante a gravidez, 80% afirmaram que ficou satisfeita com o atendimento e 10% afirmaram que não. Uma mulher que tem 2 filhos no Brasil afirmou que ficou satisfeita com o atendimento durante a primeira gravidez, mas que na última gestação o acompanhamento não foi bom. Quando perguntadas sobre a quem recorreu quando teve dúvidas sobre a gravidez, 42,9% afirmaram ter recorrido à Internet; 14,3% à mãe e à enfermeira Cláudia do Posto de Saúde; 14,3% ao médico especializado; 14,3% ao posto de saúde e; 14,3% afirmam que consultaram algumas colegas que já foram mães. 100% das interlocutoras afirmaram ter tido algum apoio de informações ou emocional durante a gravidez: 70% tiveram apoio de amigos, 60% de familiares, 60% do parceiro; 30% tiveram apoio de si própria; e 10% da psicóloga. Acerca da renda auferida, 50% das interlocutoras recebiam entre R\$ 500-550 mensais, 10% recebiam entre R\$ 700-750 por mês e, 40% afirmaram não auferir nenhuma renda. Dentre as estudantes, 60% trabalhava ou recebia algum tipo de auxílio financeiro ou bolsa de estudos e 40% não recebiam. Relativamente aos companheiros, estes eram todos de nacionalidades africanas, 87,5% eram estudantes e apenas 12,5% trabalhavam.

CONCLUSÕES

As estudantes africanas da Unilab encontram dificuldades nas interações com profissionais de saúde no atendimento no SUS, que vão de ausência de comunicação, reprodução de práticas preconceituosas e raciais no atendimento médico, discriminação etnolinguística e cobranças por serviços médicos gratuitos. Por outro lado, há violência obstétrica durante o parto e casos de descaso no atendimento médico que resultaram em morte de nados-vivos e perigo de morte da mãe. Suas gestações não foram planejadas, entretanto, afirmam ter acesso a métodos contraceptivos. Há relatos de dificuldades em conseguir contraceptivos como camisinhas, pílulas e DIU, e houve momentos em que não havia camisinhas nos postos de saúde do município.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica/Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) PIBIC/FAPESB pela bolsa de iniciação científica, bem como à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Agradecemos também à todas as interlocutoras que concederam seu tempo e experiências à nossa pesquisa.



REFERÊNCIAS

- LANGA, E. Migração Estudantil Internacional: experiências de inserção de africanos no contexto universitário brasileiro. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 8, n.1, jan./jun., p. 230-254, 2017a.
- LANGA, E. Processos de saúde e de adoecimento entre estudantes africanos na diáspora na cidade de Fortaleza-CE. In: MALOMALO, Bas'ilele et al (Orgs.). **África, Migrações e suas Diásporas: reflexões sobre a crise internacional, cooperação e resistências desde o Sul**. Porto Alegre: Editora Fi, p. 225-250, 2017b.
- LANGA, E. O lugar das mulheres e a questão dos direitos humanos: um olhar sobre experiências, dramas e Interseccionalidades de mulheres africanas na cidade de Fortaleza-CE. In: Rocha, Marcos (Org.). **Direitos Humanos, Sociedade e Política**. (Coleção Outros Olhares). Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, p. 129- 152, 2016.
- LIBERATO FILHO, G. F. P., Santos, Z. M. S. A., Caldas, J. M. P., Jardim, M. H. A. G., Capelo, M. R. T. F., & Santos, P. D. S. Estudantes africanas imigrantes no Ceará - análise do processo adaptativo. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, 8(2), p. 240-248.
- INGLEBY, D. et al. **The role of health in integration**. In: M.L. Fonseca & J. Malheiros (eds.), Social integration and mobility: education, housing and health. IMISCOE Cluster B5 State of the art report. Lisbon: Centro de Estudos Geográficos. p. 88-119, 2005.
- GONÇALVES, Matos. Competência cultural na intervenção com imigrantes: uma análise comparativa entre profissionais da saúde, da área social e polícias. **Acta Med Port**. 2016; 29, p. 629-638.

